



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ENSINO CEUNES
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS E TECNOLOGIA

Plano de Ensino			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: CEUNES	
Curso: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO			
Departamento Responsável: DETEC			
Data de Aprovação (Art. nº 91):			
Docente responsável: KEYDSON QUARESMA GOMES			
Qualificação / link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7807296876892922			
Disciplina: ASPECTOS LEGAIS DE ENGENHARIA			Código: DET 11228
Pré-requisito: 100 CREDITOS CONCLUIDOS			Carga Horária Semestral: 60 H
Créditos: 04	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	60	0	0
Ementa: Relações humanas em geral. Noções gerais de direito. Sistema constitucional brasileiro. Direito usual para engenheiros. Noções de direito civil. Noções de direito comercial. Noções de direito administrativo. Noções de direito do trabalho. Noções de direito tributário. Propriedade Industrial e Intelectual. Ética profissional. Crea. Legislação fiscal. Aspectos econômicos e legais..			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none">1. Compreender o funcionamento do sistema judiciário brasileiro;2. As legislações que impactam sobre o profissional de engenharia;3. Entender as considerações básicas de contratos e convênios;4. Desenvolver uma consciência jurídica no que diz respeito à ética profissional;			
Conteúdo Programático			
1. O Engenheiro no gerenciamento. 2. Ética. 3. Desenvolvimento da lei. 4. Tribunais, Procedimento de julgamento e provas. 5. Intruodução ao contrato. 6. Contratos de engenharia. 7. Agencias reguladoras. 8. Propriedade doS bens. 9. Propriedade intelectual.			
Metodologia			
Os conteúdos serão desenvolvidos através de estratégias didático-pedagógicas diferenciadas, numa abordagem cognitivista, humanista e sócio-cultural, incluindo: <ul style="list-style-type: none">▪ Aula expositiva dialogada, para apresentação do conteúdo e reflexão sobre o tema;▪ Leitura e discussão de casos reais que envolvam o profissional de engenharia;			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ENSINO CEUNES
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS E TECNOLOGIA

Critérios/Processo de avaliação da Aprendizagem		
Instrumento	Critérios	Valor
Seminários/Palestras	▪ Apresentação; participação;	50 %
Trabalho em grupo e estudo de caso	▪ Apresentação em sala de aula ▪ Desenvolvimento em sala de aula ▪ Avaliação em grupo e individualizada	50 %
A média parcial (<i>MP</i>) será obtida conforme a equação: $MP = (T1 + T2)/2$, onde T(n) (trabalho individual ou em grupo). O aluno com $MP \geq 7,0$ ou MF (média final) $\geq 5,0$ e frequência nas aulas acima de 75%, estará aprovado. $MF = (0,5MP + 0,5PF)$, onde, PF (prova final).		
Bibliografia básica		
1. Constituição da República Federativa do Brasil - Editora Saraiva, 1993. 2. MARQUES, João Benedito de Azevedo. Direito e democracia : o papel do Ministério Público. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 3. DOWER, Nelson Godoy Bassil et al. Instituições de direito público e privado . 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.		
Bibliografia complementar		
1. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2. VIEIRA, Evaldo. O que é desobediência civil . São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 3. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 4. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social : custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 24. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007; 5. ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (Org.). 10 anos do Código Civil : edição comemorativa. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2014 6. GAYTON, C. M. Legal Aspects of Engineering, Design & Innovation. Dubuque, Iowa: Kendall Hunt, 10ª edição, 2012.		
Cronograma		
Carga Horária	Conteúdo	
15 h	1. O Engenheiro no gerenciamento. 2. Ética. 3. Desenvolvimento da lei.	
20 h	4. Tribunais, Procedimento de julgamento e provas. 5. Introdução ao contrato. 6. Contratos de engenharia.	
25 h	7. Agencias reguladoras. 8. Propriedade dos bens. 9. Propriedade intelectual.	